

“Centrão” sai na frente por preferência

Com a conclusão das emendas para os títulos II e VII (direitos sociais e ordem econômica), entre segunda e terça-feira, os líderes do “Centrão” começam a recolher assinaturas em Brasília e nos estados para garantir a preferência automática para os seus substitutos ao projeto de Constituição. No máximo até o dia 27 estarão concluídas as emendas aos oito títulos. Em síntese, elas tratarão de dar à nova Constituição um perfil liberal, com valorização da iniciativa privada e redução da intervenção do Estado, segundo os integrantes do grupo.

Já na segunda-feira, estará instalada uma central para coleta de assinaturas numa sala do Congresso Nacional. O mesmo trabalho começará a ser feito pelos coordenadores estaduais, uma vez que o número de constituintes em Brasília já é reduzido. O objetivo do grupo é colher 280 assinaturas para cada emenda, mas esse trabalho poderá ser concluído na primeira semana de janeiro, enquanto for votado o projeto que altera o Regimento Interno.

O primeiro grupo de emendas a ser concluído trata dos temas mais valorizados pelo “Centrão” — direitos sociais e ordem econômica. No título II está incluída a questão da estabilidade no emprego, o tema que provocou mais polêmica na Comissão de Sistematização. A estabilidade automática será substituída pela garantia no emprego através de indenização, definida na forma da lei. Em relação à jornada de trabalho, o “Centrão” vai manter o texto da Sistematização, que estabelece 44 horas semanais.

PT quer esquerda unida para vencer

Porto Alegre — O presidente nacional do PT, Olivio Dutra, defendeu ontem a imediata organização de um “centrão da esquerda”, que coordene a articulação dentro da Constituinte e um grande processo de mobilização popular para garantir a aprovação das conquistas sociais previstas no anteprojeto da Comissão de Sistematização. Admitiu Olivio que os progressistas se empolgaram com algumas vitórias na Sistematização, ficando um certo tempo com “os pés fora da realidade”, desconsiderando a

composição da Constituinte entre “conservadores e reacionários”. Olivio acredita que esse trabalho será facilitado pelo “visível fracassamento” que está, em sua opinião, ocorrendo com o “Centrão”. Alertou, entretanto, que nunca se pode subestimar a capacidade do núcleo de direita que coordena as atividades do “Centrão”, que encaminhará a estratégia de rejeitar as conquistas sociais no plenário.

Acredita Olivio que as direções do PFL e do PMDB e do PMDB estão conseguindo retirar alguns constituintes da influência do “Centrão”. Olivio duvida da sobrevivência do grupo como partido, prevendo que ele se pulverizará em vários partidos de centro-direita, com um deles de maior porte.

Arquivo 09/12/87



Olivio quer outro Centrão

Grupo dos 32 apresenta o seu projeto

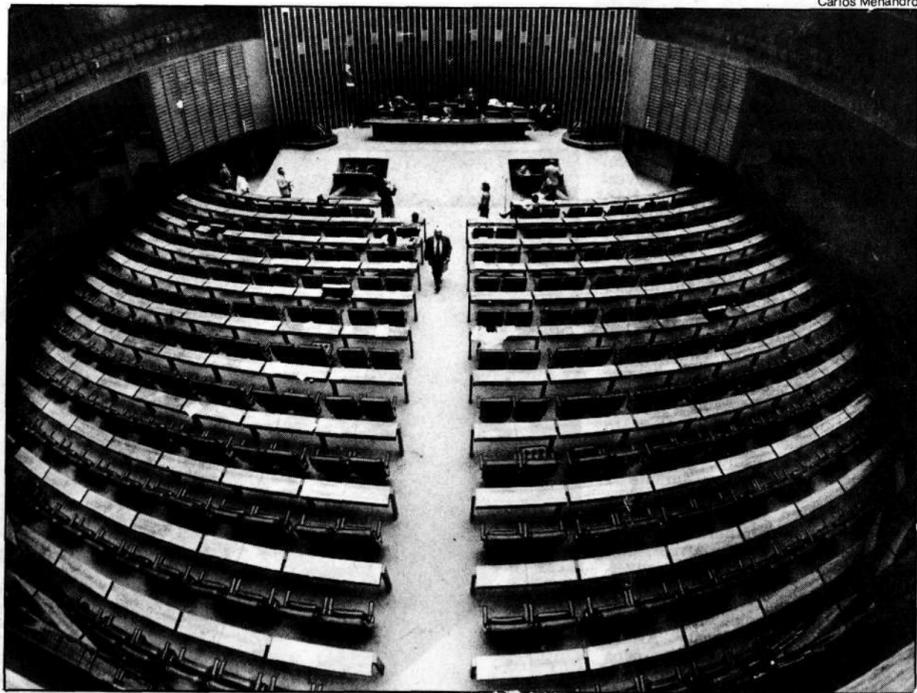
Na madrugada de ontem, o Grupo dos 32, formado entre outros, pelos constituintes José Richa (PMDB-PR), Virgílio Távora (PDS-CE) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) concluiu a elaboração do projeto “Hércules IV”, que é, segundo o senador Virgílio Távora, um engastamento do projeto constitucional Bernardo Cabral. “O Hércules IV”, disse Távora, “reflete a média do pensamento da sociedade brasileira”.

Ele é menor que o Projeto Cabral, tem 285 artigos, sendo que desses, 53 são das disposições transitórias, enquanto que o Projeto Cabral tem 334 artigos. Nele, segundo Távora, houve um remanejamento de matérias e foram explicitadas várias ideias. O projeto é realista e não tem pretensões de ser perfeito. Não é de confronto e sim de entendimento e reflete a característica de seus antecessores, o I, o II e o III, disse o senador.

De acordo com o senador pedesista, o Hércules IV é um projeto que servirá aos constituintes para análise e comparação com o projeto já aprovado. Nele, seus 32 elaboradores, procuram colocar todos os pontos que consideram matéria constitucional e de forma clara, para que sirva de contribuição para os constituintes.

Só há 33 temas polêmicos, conclui PMDB

Carlos Menandro



Constituintes entram em recesso e só voltam aos trabalhos na primeira semana de janeiro

Congresso entra em recesso e Ulysses viaja para Nova Iorque

O Senado e a Câmara dos Deputados iniciam hoje um período de recesso, que se estenderá até o dia quatro próximo coincidindo com as comemorações natalinas e de Ano Novo. Também a Assembleia Nacional Constituinte suspenderá seus trabalhos até aquela data, voltando a se reunir, em plenário, às 16h00 do dia quatro. O Senado e a Câmara só vão realizar sessões, retornando os trabalhos, no dia cinco, uma terça-feira. Igualmente, o Congresso Nacional só voltará a se reunir a partir da primeira semana de janeiro, em horários não coincidentes com as sessões do Senado, da Câmara ou da Constituinte.

O presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, deverá viajar para Nova Iorque, onde passará o Natal e o Ano

Novo, retornando a Brasília na manhã do dia 4. Mas o presidente do Congresso e do Senado, Humberto Lucena, que hoje vai a João Pessoa, retornará domingo e permanecerá em Brasília no Natal e no Ano Novo.

Além dos mais de cem decretos-leis pendentes de deliberação, o Congresso Nacional poderá examinar, no começo de janeiro, as novas medidas do Governo na área tributária, desde que as mensagens presidenciais e as relativas sejam encaminhadas logo ao Legislativo. A ideia é conferir prioridade ao exame dessas matérias, mas nem sempre as mensagens chegam ao Congresso imediatamente após a sua edição pelo Governo.

Nas sessões isoladas do Senado, deverão ser votados até o final da convocação extraordinária

os projetos de autorizações de empréstimos a estados e municípios ainda pendentes e os que vierem a ser propostos no período. Igualmente poderão ser votados mensagens do Governo com indicações de embaixadores e ministros de tribunais superiores.

Já na Câmara, a pauta reúne alguns projetos importantes, como o que determina que cada estado tenha um local para depósito do chamado lixo atômico. A proposição já recebeu emenda do deputado Homero Santos (PFL-MG), estabelecendo que todo o lixo atômico será depositado numa das ilhas oceânicas que ofereça condições adequadas para esse fim.

Também será votado na Câmara o projeto de alterações na Lei do Inquilinato, que, em seguida, irá para o Senado.

A cúpula do PMDB, reunida ontem na residência oficial do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, concluiu que são apenas 33 os pontos polêmicos do projeto de Constituição de Bernardo Cabral que será votado pela Assembleia a partir do próximo dia quatro.

Reunidos para tentar elaborar emendas durante o recesso, para que o projeto possa receber as 200 assinaturas necessárias ao seu encaminhamento, os líderes examinaram a exaustão três pontos nevrálgicos do projeto: drogas, terrorismo e invasão de domicílio. Eles definiram, depois de três horas, que não emendarão os artigos referentes a sistema de governo e mandato presidencial, com o objetivo de confrontar o “Centrão”.

“Nesses dois assuntos, ou o plenário é contra ou a favor. Não adianta fazer emenda porque isso será resolvido no voto e não há acordo”, afirmou o senador Mário Covas, um dos presentes à reunião, que contou ainda com Euclides Scalco (PR), Bernardo Cabral (AM), José Fogaça (RS), Egídio Ferreira Lima (PE), Nelson Jobim (RS), Genebaldo Correia (BA), Almir Gabriel (PA), Antonio Mariz (PB) e Fernando Henrique (SP).

Crimes

Mas o assunto que mais absorveu o grupo foi a inclusão do tráfico de drogas e do terrorismo entre os crimes inafiançáveis, situações em que já se encontra o crime de tortura. Uma vitória da deputada Cristina Tavares (PE) e de outros parlamentares de esquerda, a exclusão do terrorismo da lis-

ta dos crimes inafiançáveis poderá ser alterada por iniciativa do PMDB e do “Centrão”. O deputado Ulysses Guimarães acha que, com o desenvolvimento das ações do terrorismo no mundo, não há razão para esse crime ser protegido no Brasil.

De posse de uma lista de três laudas sobre os pontos de difícil entendimento com o “Centrão”, ao meio-dia o senador Mário Covas concluiu que era impossível encerrar ali as discussões sobre as emendas. Três horas de discussão só permitiram a eles examinar até o artigo 75 do projeto de Constituição, quando se detiveram também sobre o assunto “inviolabilidade de domicílio”. O projeto diz que a residência só poderá ser invadida nos casos de determinação judicial, flagrante delito ou para as prestações de socorro. Mas há peemedebistas que acham que a redação não está boa.

Outro assunto discutido foi o número de vereadores por município. O projeto diz que será variável, conforme dispuser a Constituição do estado, respeitada a proporcionalidade com o eleitorado, mas o “Centrão” quer alterar todo esse artigo. Nenhum dos dez peemedebistas presentes a casa de Ulysses Guimarães encontrou a melhor solução e às 13h00 decidiu-se que o melhor seria cada um viajar para seu estado, levando os estudos já encaminhados.

No dia 3 de janeiro, todos prometem estar em Brasília para uma nova reunião com Ulysses Guimarães, quando pretendem concluir as emendas.

Nova emenda sobre emprego

Para tranquilizar o empregado, que receia a aprovação pela Constituinte, da garantia de emprego, contra a demissão imotivada, o vice-líder peemedebista na Câmara, Genebaldo Correia, que está respondendo pela liderança, vai apresentar emenda ao anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização, instituindo o “contrato de trabalho contra as despedidas injustas na forma e nas condições que a lei vier a estatuir”.

O parlamentar baiano disse ter avaliado a disposição da maioria dos constituintes com relação ao assunto e constatado a preferência pela fórmula contida no Cabral I, primeiro projeto que remete a questão para a lei, mas consagrando o princípio constitucional da garantia de emprego. Por essa razão, acentou o vice-líder peemedebista, o setor empresarial passou a temer que o simples fato de o princípio ficar consagrado na

Carta impeça a lei ordinária de criar exceções para demissões.

Por essa razão, ele teve a ideia de apresentar a emenda definindo, a seu ver, claramente, que o conceito de despedida injusta e suas condições somente serão definidas em lei. De outra parte, para impedir que os trabalhadores fiquem sem nenhuma garantia enquanto a questão não for disciplinada em lei, sua emenda inclui nas disposições transitórias da nova Carta que, nesse período, será aplicado aos contratos de trabalho o disposto sobre o assunto na CLT, ou seja, além do FGTS, o trabalhador receberá indenização se for demitido injustamente.

Já para os trabalhadores com mais de 10 anos de serviço na mesma empresa, a emenda do deputado baiano propõe indenização em dobro, igualmente prevista na CLT, artigo 477.

Calendário, só previsão

Considerando a polêmica na discussão do Regimento Interno, que foi transferida para janeiro, um calendário para o reinício dos trabalhos da Constituinte pode ser apenas previsto, já que ainda não há nada certo quanto à solução do impasse entre o “Centrão” e as esquadras para a aprovação integral do substitutivo da Mesa em relação às Normas que deverão conduzir os trabalhos da Assembleia daqui para frente.

4 de janeiro de 1988 — Será realizada uma sessão onde o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tentará mais uma vez chegar a um acordo entre os grupos em disputa.

5 de janeiro — Se houver acordo, o substitutivo é votado.

6 de janeiro — É feita a publicação do substitutivo pelo

avulso da Câmara dos Deputados.

7 de janeiro — Começa a contar o prazo de sete dias para que os constituintes apresentem suas emendas ao projeto de Constituição que será apreciado pelo plenário.

15 de janeiro — As emendas são publicadas pelo avulso.

16 de janeiro — Início do prazo de sete dias para o relator da Comissão de Sistematização dar o seu parecer sobre o mérito das emendas apresentadas.

24 de janeiro — O parecer do relator é publicado.

25 de janeiro — Começa o prazo de três dias para os parlamentares pedirem destaques para as emendas.

29 de janeiro — Prazo para a publicação dos destaques.

30 de janeiro — Provável começo da apreciação do texto pelo plenário da Constituinte.

Arquivo 22/07/87



Líder vai trabalhar no Natal

Lourenço é o único líder que não viaja

Só um líder partidário vai permanecer em Brasília, por ocasião das festas de Natal e Ano Novo. É o deputado José Lourenço (PFL-BA), que trabalhará nestes dias de recesso parlamentar em seu gabinete no Congresso e já convocou os funcionários da liderança para acompanhá-lo. O líder dará plantão todos os dias do recesso, exceto nos dias 24 e 25 de dezembro e 31 de dezembro e 1º de janeiro.

Por sua vez, as duas lideranças do PMDB, a da Câmara, liderada pelo deputado Ibsen Pinheiro (RS) e da Constituinte, pelo senador Mário Covas (SP) entrarão em recesso. Ficarão fechadas até o dia quatro de janeiro (segunda-feira) e ninguém responderá pelas lideranças. Também permanecerão fechadas as lideranças do PDS, lideradas pelo deputado Amaral Netto (RJ); do PT, pelo deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP) e a do PCB, pelo deputado Roberto Freire (PE).

Plantão

Na liderança do PSB, embora os dois únicos membros da bancada na Constituinte, o líder senador Jamil Haddad (RJ) e a deputada Beth Azize (AM) permaneçam em seus estados de origem, no gabinete da liderança os funcionários vão reservar-se no plantão natalino e de fim de ano. Na liderança do PTB, somente os funcionários darão plantão até quarta-feira (23) retornando ao trabalho dia quatro de janeiro. Já os gabinetes das lideranças do PC do B, PL e PDT encontravam-se fechados ontem.

Deputado calcula ausências

Especialista em contar presenças no plenário, o deputado Daso Coimbra (PFL-RJ) foi forçado ontem a calcular ausências: os corredores do Congresso estavam vazios, os constituintes, assim como anteciparam a sucessão do presidente Sarney, anteciparam a debandada de volta a seus estados para as festas de Natal e Ano-Novo. “Pelo que eu vi, não deve ter mais de 35 parlamentares na casa”, comentou Daso Coimbra, não precisando para isso fazer muitos cálculos: bastava dar uma olhada ao redor.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também permaneceu em Brasília, mas não em seu gabinete. De noite iria para o Rio, de onde embarcaria para Nova Iorque. Ele passará o Natal com d. Mora. Antes disso, não conseguiu resolver o impasse da Constituinte nem o do Ministério da Fazenda. “Talvez por isso mesmo ele vai para longe, em busca de inspiração”, comentou o baiano Genebaldo Correia, do PMDB, ligado ao presidente da Câmara e pretende a fazer parte da “Turma do Poire”.

Carlos Chiarelli, senador gaúcho do PFL, não sabia precisar quantos colegas estavam na casa, mas arriscou um cálculo, feito a partir da garagem. “Se tem sete carros, como eu vi, suponhamos que seus titulares estejam nos gabinetes”, comentou Chiarelli.

Risco

No corredor de acesso ao ple-

nário da Câmara não havia parlamentares, mas ex-parlamentares: Djalma Bessa, ex-deputado baiano, e Eurico Resende, ex-senador capixaba, ambos querendo informações sobre a manutenção do ministro Bresser Pereira no cargo. Este era o tema dos poucos constituintes presentes no Congresso. “O PMDB não quer mais se arriscar a indicar ou apoiar ministro, tanto é o descrédito do Governo”, comentava Pimenta da Veiga (PMDB-MG) com Genebaldo Correia (BA), enquanto Daso Coimbra passava ao largo, como sempre, com papéis de computador na mão, onde faz seus cálculos sobre o comparecimento do “Centrão” às votações “só não me arrisco a calcular a inflação”, comentou, sorridente.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, trabalhou em seu gabinete. Com ele, há poucos parlamentares que gostam de Brasília e aqui permanecem mesmo nas folgas: Jarbas Passarinho e Carlos Chiarelli. No gabinete do PTB estava de plantão Roberto Jefferson (RJ), enquanto Roberto Cardoso Alves, segundo um assessor, fora participar de um encontro na UDR. Dentre os cerca de 35 parlamentares presentes ao Congresso, poucos foram vistos circulando pelos corredores, como o senador José Fogaça, ou em seus gabinetes. Quem os procurasse, sabia, com certeza: estão na casa, mas é difícil encontrá-los.

Constituinte implanta sistema de segurança

Durante o recesso parlamentar que acaba dia 4 próximo a presidência, a corregedoria e a segurança do Congresso Nacional, têm a tarefa de implantar o novo sistema para “deixar a Casa resguardada a partir da retomada dos trabalhos” como quer o deputado Ulysses Guimarães, que pretende evitar o que o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), classificou de “barbárie”, referindo-se aos acontecimentos de novembro último quando, protestando contra as decisões tomadas, as galerias provocaram uma “chuva” de papéis amassados, fósforos, papel higiênico e sapatos, em cima dos constituintes.

Dispositivos detectores de metais já foram instalados nas vias de acesso ao Congresso, para evitar a entrada de pessoas armadas. Os 50 homens da PM que o GDF cedeu, ficarão responsáveis pela segurança externa da Casa.

O comportamento das galerias será controlado pelo Artigo 19 que estabelece a forma de segurança para os trabalhos, por esse ato, diz o corregedor Jorge Arbage (PDS-PA), foram analisados os aspectos relacionados com as medidas a serem tomadas em casos de ocupação das galerias pelo público. O ato divide também as

galerias em três áreas: 438 lugares para o público; 88 para as autoridades que inclui a distribuição de senhas, e a terceira para a imprensa.

Reprovações

Na opinião de Fernando Henrique Cardoso, a invasão das galerias, com coação de segurança por deputados federais e as agressões verbais e físicas contra os constituintes, correspondem “às mais grosseiras das manifestações”. Com ele concorda o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), que acusa “grupos ideológicos armados com moedas, fichas telefônicas e calçados, que jogam contra os contribuintes”.

O acesso popular às galerias é defendido pelo deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) que entende, contudo, que elas devem apenas assistir, aplaudindo ou vaiando, as decisões e não agredindo os parlamentares”.

Amaral Netto, por sua vez, diz que já foi ameaçado de agressão à porta do gabinete do presidente da Casa. “Isso é um absurdo”, diz. O deputado promete levar a denúncia ao tribunal, mas acha que é a Assembleia que deve responsabilizar criminalmente os autores da ameaça.

Para Scalco, retorno às bases traz desgaste

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), vice-líder do partido na Constituinte, admitiu ontem que o retorno dos parlamentares peemedebistas às suas bases eleitorais será desgastante. “Vai chover cobranças na cabeça dos constituintes”, frisou Scalco, resumindo o recesso do PMDB em enfrentar os seus diretórios regionais e municipais.

O rompimento do PMDB com o Governo José Sarney será um pedido uníssono, reconheceu o deputado. Para Scalco, os sucessivos erros cometidos pela política salarial e econômica adotada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, irão pesar nesta cobrança das bases eleitorais. “O PMDB está errando em persistir em Governo”, comentou o constituinte.

Com o intuito de sondar a tendência das bases e coordenadores de bancada dos estados os integrantes do recém-criado “Movimento dos Históricos” do PMDB pretendem utilizar os 15 dias de recesso constituinte. O senador José Fogaça (PMDB-RS) ressaltou que, neste momento, a participação das bases ganha papel fundamental, “pois mais do que o simples voto, eles têm todo o direito às cobranças”.

Encontro

Fogaça pretende retornar ao seu Estado—Rio Grande do Sul—para incentivar a realização do encontro nacional das lideranças históricas do PMDB, no próximo dia 9 de janeiro, em Brasília. “Será o dia em que a crise interna do partido

Arquivo 29/09/87



Scalco: retorno será difícil

será evidenciada”, frisou o senador. O surgimento do “Centrão”, que conta com significativa parcela do PMDB, está incomodando as bases do partido, garantiu o constituinte. Por esta razão o encontro será uma oportunidade para o partido decidir se os históricos ficam no partido e o “Centrão” sai; “eles ficam e nós saímos ou será o rompimento definitivo do partido com o Governo”, disse Fogaça.

O vice-líder Euclides Scalco concorda com Fogaça, ao salientar que a discussão dos constituintes com suas bases irá propiciar um clima de decisão. “Chega de protelação. O partido terá que definir o que pretende ser”, desabafou. Fogaça acrescenta que o momento será de marcar as diferenças entre as diversas correntes que subsistem dentro do partido, culminando com a dissidência daqueles que não estiverem satisfeitos com a decisão da maioria.